A *covid* e o Brasil, um olhar desde a Amazônia – desafios novos para velhos problemas

Sandro Almeida, Universidade Federal do Amazonas
Iana Vasconcelos, Universidade Federal de São Carlos

O novo *coronavirus*, ou *SARS-COV-2*, que se convencionou chamar *Covid-19*, vem pressionando o sistema de saúde pública em algumas partes do Brasil, em especial no estado do Amazonas. Inicialmente uma doença "importada" por pessoas de classes privilegiadas que viajaram à Europa e à China, o vírus alcançou rapidamente o que epidemiologistas brasileiros chamam de "transmissão comunitária", quando já não é mais possível saber exatamente de quem, quando ou em que local da cidade se contraiu a infecção. Nessa etapa, em que o mapa dos casos confirmados já não está mais restrito aos bairros ricos de Manaus (focos iniciais da doença que chegou de avião), começam a sofrer consequências aquela parcela da população que geralmente possui maiores dificuldades em acessar os serviços de saúde. Com o alastramento do vírus, revelaram-se algumas adversidades bem conhecidas que se encontravam mascaradas pelo véu de uma aparente "normalidade".

A *covid-19* chegou como novidade, mas a fratura que ela expõe – um precário sistema de saúde pública – não é exatamente nova para a população amazonense. Investigações da Polícia Federal apontam que, pelo menos desde 2014, muitos milhões de reais em verbas estaduais destinadas à saúde pública foram alvo de desvios para pagamentos indevidos a políticos locais e seus aliados[1]. No ano de 2019, cerca de 500 médicos deixaram de atuar na rede pública do Amazonas, por falta de pagamento[2]. Se a situação da capital Manaus, 8º maior PIB do país, é de precariedade, o que dizer então das pequenas cidades interioranas e da atenção diferenciada aos povos indígenas? Se não há profissionais de saúde e não há hospitais suficientes nas cidades, o que dizer das aldeias?

Historicamente, as populações indígenas da região foram vitimadas por epidemias de coqueluche, sarampo e outras doenças respiratórias. A resposta tradicional de diferentes povos indígenas para enfrentar os perigos trazidos pelo contato com as "doenças dos brancos" era fugir para a floresta, mantendo-se afastados dos locais povoados até que o surto das doenças se dissipasse. Algo semelhante estamos vivenciando agora, a necessidade de afastamento social. Mas, diferente do passado, as interações entre cidade e comunidades indígenas

[1] https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2019/09/20/verba-da-saude-do-amazonas-bancou-gastos-da-familia-do-senador-aziz-diz-pf.htm
[2] https://www.portaldoholanda.com.br/aleam/deputado-denuncia-exodo-de-medicos-por-falta-de-pagamento-no-amazonas

são cada vez mais intensas e a região metropolitana de Manaus abriga uma numerosa população indígena urbana que não consegue mais se esconder[3].

Em Manaus, os indígenas residem majoritariamente nas regiões periféricas da capital, locais com infraestrutura urbana deficitária, sem saneamento básico e distantes da rede pública de saúde. Até o dia 1º de julho, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) já contabilizava 252 mortes somando indígenas que vivem nas aldeias e na cidade[4]. A APIB denuncia a subnotificação de mortes indígenas registradas oficialmente pelo Ministério da Saúde, uma diferença de cerca de 100 casos. No caso das aldeias, os agentes indígenas de saúde são os principais atingidos pela doença até o momento. Paradoxalmente, quem deveria cuidar da saúde indígena passou a ser vetor de contagio. O primeiro caso registrado em área indígena foi ocasionado por meio de um médico que havia regressado de viagem ao sul do Brasil[5]. Também professores, militares e outros profissionais têm sido vetores involuntários de contaminação. Além disso, a flexibilização de leis ambientais em âmbito nacional vem acentuando as atividades ilegais, como o garimpo, em terras indígenas[6]. Enfim, quanto maior o contato com o "povo da mercadoria"[7], maior a exposição e risco de contágio.

Refletindo sobre o alastramento do *coronavirus* em Manaus e no Amazonas, contudo, não seria justo colocar toda a responsabilidade apenas sobre as autoridades governamentais. Os indivíduos têm agência e a população amazonense vem utilizando o seu livre arbítrio para descumprir as recomendações sanitárias. Em entrevista recente, o prefeito de Manaus reconheceu o fracasso dos poderes públicos, não perante a doença apenas, mas, acima de tudo, perante a própria população indisciplinada que não vem respeitando as medidas de afastamento social[8]. O prefeito baixou decreto estabelecendo a obrigatoriedade do uso de máscaras, mas não houve adesão massiva por parte da população. O governador decretou o fechamento dos portos e do comércio não essencial, mas o transporte de pessoas entre a capital e os interiores não cessou e comerciantes relutam em fechar suas portas. Mesmo com uma campanha midiática ostensiva para evitar aglomerações, festas particulares e até mesmo velórios de pessoas diagnosticadas com a *covid-19*

---

[3] Recomendamos a leitura das reflexões elaboradas pelos próprios indígenas, na condição de estudantes de Antropologia Social na UFAM: https://neai.ufam.edu.br/reflexoes-amerindias.html

[4] http://emergenciaindigena.apib.info/dados_covid19/

[5] https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/01/coronavirus-amazonas-tem-primeiro-caso-de-indio-infectado-por-covid-19.htm

[6] https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/18/Como-a-pandemia-agrava-o-risco-de-invas%C3%B5es-em-terras-ind%C3%ADgenas

[7] A ideia de "povo da mercadoria" foi construída por Davi Kopenawa Yanomami para se referir ao "homem branco" e à sociedade capitalista. Ver KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015. pp. 407-420. (*La chute del ciel: paroles d'un chaman Yanomami.* Paris: Plon, 2010)

[8] https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/04/fracassamos-diz-prefeito-de-manaus.ghtml

continuam acontecendo em residências, sem qualquer preocupação com a disseminação do vírus.

A importante estratégia sanitária de supressão para evitar a disseminação do vírus (popularmente conhecida como quarentena, confinamento, isolamento, *lockdown*), também expõe outras fraturas da sociedade brasileira e amazonense. As desigualdades socioeconômicas, por um lado, permitem a algumas pessoas permanecerem em segurança dentro de casa trabalhando e desfrutando confortos da vida "moderna". Por outro, a necessidade de ficar em casa pode ser um suplício para quem vive em localidades sem acesso às redes de água, esgoto, e em moradias precárias[9]. Mais grave ainda é a situação da parcela da população que perdeu o emprego ou não consegue se manter economicamente sem sair para trabalhar. Milhões de famílias estão ficando sem recursos. Preocupa especialmente a fragilidade daqueles trabalhadores informais que não possuem nenhum amparo legal[10].

Para minimizar as perdas econômicas dos trabalhadores informais, microempreendedores, autônomos e desempregados, o Governo Federal estabeleceu um auxílio financeiro de R$600,00, o equivalente a pouco mais de meio salário mínimo. Ainda que relativamente pequeno, a procura para receber tal valor vem provocando enormes filas nas entradas das agências da Caixa Econômica Federal (banco público responsável pelos pagamentos do auxílio emergencial)[11]. Por falta de melhor planejamento, a medida de compensação econômica acaba colaborando com a pandemia ao criar espaços de aglomeração de pessoas que, não raro, pertencem aos chamados grupos de risco (idosos e pessoas com doenças crônicas).

Soma-se a isto a presença numerosa de migrantes venezuelanos que buscavam o Brasil para reconstruir suas vidas. Muitos desses venezuelanos fazem parte da parcela da população que não têm a possibilidade de cumprir com as medidas de isolamento social e higiene preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pois vivem nas ruas, dividem casas com grande número de pessoas ou moram em acampamentos improvisados, áreas de pernoites e abrigos governamentais, em geral com excedente da capacidade física de atendimento. Assim, mesmo aqueles que se encontram nos abrigos institucionais, tampouco têm as condições ideais para manter o distanciamento e a higiene necessários. E aqueles que pernoitam em barracas de camping oferecidas pelo Exército precisam perambular pela cidade durante o dia. Com o agravamento da crise econômica, muitos venezuelanos estão procurando meios de retornar ao seu país. O grande atrativo de estar no Brasil era a possibilidade de trabalhar, ganhar dinheiro e comprar comida. Com as oportunidades de

[9] https://economia.ig.com.br/2020-03-28/desafios-brasil-tem-313-milhoes-de-pessoas-sem-agua-encanada-e-casas-lotadas.html
[10] https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/30/O-que-diz-o-primeiro-dado-de-desemprego-na-pandemia
[11] https://www.acritica.com/channels/manaus/news/pagamento-de-auxilio-de-r-600-gera-aglomeracao-em-filas-de-bancos

trabalho reduzidas, as dificuldades econômicas estão estimulando movimentos de retorno à Venezuela (o que não tem sido fácil com as estradas bloqueadas).

Dentre os venezuelanos, chama atenção o grupo de indígenas do povo Warao, originários do delta do Orinoco. Eles demandam muitos cuidados, pois chegam ao Brasil apresentando casos de desnutrição e viajam com idosos e crianças. Em todo o país, além de Manaus, já são dezenas de Warao contaminados e pelo menos duas mortes já foram registradas[12]. Os Warao se deslocam e vivem em pequenos grupos. Alguns hábitos podem facilitar a transmissão da doença, como o compartilhamento de copos, talheres e cuias. Faz parte de sua dinâmica urbana diária, sobretudo das mulheres, sair para arrecadar dinheiro. Eles dificilmente ficam parados nos abrigos. O dinheiro faz falta para eles, não só para manutenção diária no Brasil, mas também muito importante para enviar aos parentes que vivem na Venezuela.

Como se já não houvesse problemas suficientes, o Presidente da República insiste na defesa da retomada imediata das atividades produtivas. De modo irresponsável, ele estimula a polarização política em torno de uma dicotomia enganosa: Saúde ou Economia? Salvar vidas ou salvar empregos? O que seria mais importante? Em vez de coordenar um plano nacional, atento às vicissitudes locais, capaz de enfrentar a doença e superar os entraves econômicos, o chefe do poder executivo prefere semear a discórdia[13].

Enfim, espero ter deixado claro que a *covid-19*, apesar de uma doença nova, lança luzes sobre a persistência de velhos problemas, como as desigualdades sociais e os desencontros entre a população e as políticas governamentais no Brasil. Enquanto escrevemos estas linhas confortavelmente em nosso apartamento, famílias numerosas se abrigam em locais pequenos, sem ventilação adequada e sem saneamento básico. E o vírus, que não discrimina classe social, afiliação ideológica ou nacionalidade, segue pulando de pessoa para pessoa, deixando profissionais de saúde sem descanso e muitas parentelas em luto.

---

[12] https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/04/17/belem-registra-primeira-morte-de-indigena-warao-por-covid-19.ghtml
https://cimi.org.br/2020/05/indigena-warao-morre-de-covid-19-em-recife-mpf-informa-que-40-testaram-positivo-em-joao-pessoa/

[13] https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-05/bolsonaro-vai-com-empresarios-ao-stf-para-pedir-retomada-da-economia